

Políticas de educação para o combate à LGBTQIAfobia no Brasil: avanços e desafios

Education policies to combat LGBTIphobia in Brazil: progress and challenges

Políticas educativas para combatir la LGBTIfobia en Brasil: avances y desafíos

Cleverson de Oliveira Domingos¹

Resumo: Este artigo analisa o processo de construção e desconstrução das políticas públicas educacionais para gênero e sexualidade como mecanismos para o combate ao machismo, ao sexismo, à LGBTQIAfobia e para a promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual e de gênero nas escolas, discutindo os avanços, os retrocessos e os desafios. Destaca o protagonismo do movimento LGBTQIA+ na luta por políticas públicas e legislações que atendam às suas demandas. Aborda sobre a emergência de movimentos e forças políticas conservadoras que buscam proibir o debate sobre gênero e diversidade sexual nas escolas, como é o caso dos ideólogos da ideologia de gênero e o Movimento Escola Sem Partido. Discute sobre o estreitamento da agenda anti-LGBTQIAfobia dentro da educação, aprofundado a partir da ascensão de Jair Bolsonaro como presidente da república. Por fim, reafirma a escola como espaço de debate e compreensão sobre gênero e sexualidade e, especificamente, sobre a diversidade sexual e de gênero..

Palavras-chave: Políticas educacionais. LGBTIfobia. Movimento LGBTI+.

Abstract: This article analyzes the process of construction and deconstruction of public educational policies regarding gender and sexuality as mechanisms to combat machismo, sexism, LGBTQIAphobia, and to promote a culture of respect for sexual and gender diversity in schools, discussing advances, setbacks, and challenges. It highlights the role of the LGBTQIA+ movement in advocating for public policies and legislation that address its demands. It addresses the emergence of conservative movements and political forces that seek to prohibit discussions on gender and sexual diversity in schools, such as the proponents of gender ideology and the School Without Party Movement. It discusses the narrowing of the anti-LGBTQIAfobia agenda within education, intensified by the rise of Jair Bolsonaro as president. Finally, it reaffirms the school as a space for debate and understanding of gender and sexuality and, specifically, of sexual and gender diversity.

Keywords: Educational policies. LGBTIphobia. LGBTI+ movement.

Resumen: Este artículo analiza el proceso de construcción y desconstrucción de las políticas públicas educativas sobre género y sexualidad como mecanismos para combatir el machismo, el sexismo, la LGBTQIAfobia y para promover una cultura de respeto a la diversidad sexual y de género en las escuelas, discutiendo los avances, los retrocesos y los desafíos. Destaca el protagonismo del movimiento LGBTQIA+ en la lucha por políticas públicas y legislaciones que respondan a sus demandas. Aborda la emergencia de movimientos y fuerzas políticas conservadoras que buscan prohibir el debate sobre género y diversidad sexual en las escuelas, como es el caso de los ideólogos de la ideología de género y el Movimiento Escuela Sin Partido. Discute el estrechamiento de la agenda anti-LGBTQIAfobia dentro

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: cleversondomingos@gmail.com

de la educación, profundizado a partir del ascenso de Jair Bolsonaro como presidente de la república. Finalmente, reafirma la escuela como un espacio de debate y comprensión sobre género y sexualidad y, específicamente, sobre la diversidad sexual y de género.

Palabras clave: Políticas educativas. LGBTQIfobia. Movimiento LGBTI+.

Introdução

O termo LGBTQifobia é uma abreviação de Lesbofobia, Gayfobia, Transfobia, Bifobia e Transfobia. Por meio desse termo, o movimento social de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Questionadores, Intersexos, Indecisos, Assexuados e Aliados e outras identidades não cis-heteronormativas (LGBTQIA+) denuncia uma multiplicidade de formas de violência e preconceito baseados na orientação sexual, expressão e identidade de gênero.

O termo é resultado de uma deliberação da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ocorrida em Brasília no ano de 2016. Nela ativistas decidiram pelo uso dessa expressão em vez de homofobia para demarcar que esse fenômeno tem manifestações específicas e atinge de modo diferenciado seus sujeitos políticos. Para tais ativistas, o conceito de homofobia, amplamente usado na literatura acadêmica, (re)produz uma invisibilidade para com as diferentes identidades que compõem a população LGBTQIA+.

Há também outros termos, como LGBTQIAfobia, que buscam englobar outras identidades sexuais e/ou de gênero e evitar o uso repetitivo das expressões lesbofobia, gayfobia, bifobia, bigênerofobia, transfobia, travestifobia, transgênerofobia, *queerfobia*, intersexofobia, aliadofobia e assexofobia (Oliveira Junior; Maio, 2016).

Nas políticas educacionais brasileiras, o reconhecimento da LGBTQifobia como um fenômeno discriminatório a ser enfrentado pelas escolas é relativamente recente (Lionço; Diniz, 2009). A inclusão da LGBTQIAfobia na agenda de problemas a serem enfrentados pela educação passou a ganhar mais visibilidade a partir dos anos 2000 em decorrência da ação política do Movimento LGBTQIA+, cujas pessoas que o compõem denunciam a ausência de suas histórias, questões e práticas nos currículos escolares (Louro, 2003).

Contudo, o reconhecimento desse problema social enfrenta muitos desafios, pois esbarra em heranças culturais colonialistas e patriarcalistas e, de modo particular, no conservadorismo e no fundamentalismo religioso de grupos da sociedade brasileira que reagem cada vez mais forte ao avanço das políticas públicas destinadas a combater e a prevenir esse fenômeno e mudar

as representações sociais negativas construídas historicamente acerca da diversidade sexual e de gênero, ou seja, das pessoas LGBTQIA+.

Antes de iniciar o texto propriamente dito, cabe destacar que desde o início da constituição dos movimentos sociais da diversidade sexual e de gênero, a sigla utilizada para representar os sujeitos políticos que compõem esses movimentos vem passando por transformações. No Brasil, comumente, usa-se a sigla LGBT ou LGBTI+, mas há discussões de que ela não representa as diversas identidades sexuais e de gênero que demandam reconhecimento e um olhar específico para suas demandas.

Assim, o sinal de mais (+) foi incluído na sigla justamente para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero em processo de reconhecimento. Neste artigo, optou-se por usar a sigla LGBTQIA+ por considerá-la mais abrangente e como forma de abarcar os múltiplos sujeitos que demandam reconhecimento como sujeitos de direitos por parte do Estado (Oliveira Junior; Maio, 2016).

A proposta deste artigo é analisar o processo de construção e desconstrução das políticas públicas para o combate à LGBTQIfobia e para a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas escolas, discutindo os avanços, os retrocessos e os desafios. Desse modo, destaca-se o protagonismo do movimento LGBTQIA+ na luta por políticas públicas e legislações que atendam às suas demandas. Reflete-se sobre políticas públicas a partir de Heilborn, Araújo e Barreto (2010) e discute-se a construção de políticas públicas para a população LGBTQIA+ no Brasil a partir do estudo de Mello, Avelar e Maroja (2012). Em seguida, são feitas reflexões sobre o processo de construção de políticas públicas de educação para gênero e sexualidade como mecanismos para o combate ao heterossexismo e à LGBTQIAfobia no campo da escola.

É possível afirmar que são constatados alguns avanços nessa área, mas também foram observados retrocessos nesses últimos anos, como o veto dos materiais didáticos do Programa Escola Sem Homofobia, a exclusão dos termos gênero e sexualidade nos planos de educação, a proposição de projetos de lei para proibir o debate sobre gênero nas escolas, o fortalecimento de grupos capitaneados pelos discursos da ideologia de gênero e da doutrinação ideológica e a ascensão de Jair Messias Bolsonaro como presidente da república. Por fim, reflete-se sobre as perspectivas e os desafios atuais, reafirmando a escola como espaço de debate e de compreensão sobre gênero e sexualidade e, especificamente, sobre a diversidade sexual e de gênero.

A construção de políticas públicas anti-LGBTQIAfobia no Brasil e com foco na educação

Políticas públicas é um conceito polissêmico e complexo, sujeito a várias interpretações e significados. Por isso, definir políticas públicas não é uma tarefa simples, pois são diversas visões e abordagens sobre elas. Para fins de contextualização, de acordo com Heilborn, Araújo e Barreto (2010, p. 90), as “políticas públicas são diretrizes que devem estar alicerçadas em princípios, tendo por finalidade subsidiar a ação do poder público”. Além disso,

as políticas públicas podem ser compreendidas como um instrumento de execução dos planos e programas que orientarão a ação do poder executivo e através do qual os/as governantes intervirão na sociedade, buscando, principalmente, concretizar os objetivos e os direitos previstos na Constituição, seja ela federal, estadual e/ou municipal (Heilborn; Araújo; Barreto, 2010, p. 90).

Heilborn, Araújo e Barreto (2010) fazem uma distinção entre políticas públicas de governo e políticas públicas de Estado. A primeira tem característica de ser mais provisória, pois pode não ter continuidade ou sofrer alterações significativas caso mude o governo a partir de novas eleições. A segunda é mais permanente e independe de mandatos governamentais.

No Brasil, a cada eleição pode haver mudança dos/as representantes e, conseqüentemente, de partidos políticos, principalmente no poder executivo. É comum a prática de suspensão das políticas públicas em andamento para substituí-las por outras. Essa prática só é possível quando uma política pública não é transformada em uma política de Estado; por conseguinte, a política de Estado é aquela que vai além dos mandatos políticos. Um pressuposto importante para que uma política pública converta-se em política de Estado é estar de acordo com os marcos legais e se transformar em lei, tendo em vista que, apesar da distância ainda existente entre a lei e a realidade, esta ainda é a principal garantia para que uma política pública importante seja caracterizada como uma política de Estado (Heilborn; Araújo; Barreto, 2010, p. 90).

Fruto das lutas do movimento LGBTQIA+, a partir dos anos de 2000 são notadas as primeiras iniciativas mais vivas de reconhecimento de LGBTQIA+ nas políticas públicas brasileiras. E compõem esse cenário além da criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), o II Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH II) em 2002, a criação do Programa Brasil Sem Homofobia (2004), a realização de três conferências nacionais de políticas públicas para a população LGBT (2008, 2011 e 2016), a criação de um Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009), a publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos III em 2009, a criação de uma Coordenadoria Nacional de Promoção dos

Direitos LGBT no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos em 2010 e a implantação do Conselho Nacional LGBT no ano de 2010 (Mello; Avelar; Maroja, 2012).

O período correspondente ao governo Lula (2003-2010) é interpretado por diversos movimentos sociais, como o movimento LGBTQIA+, como um período de avanço no que diz respeito às políticas públicas de reconhecimento da diversidade sexual e gênero e combate às discriminações. É no governo Lula, no ano de 2004, que é lançado o *Programa Brasil Sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual* por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) (Brasil, 2004).

O *Programa Brasil Sem Homofobia* iniciou e instrumentalizou a construção de políticas públicas para a população LGBTQIA+ no Brasil, elaborado com a participação desse movimento social. Ele se constituiu como um programa intersetorial de ações públicas destinadas à prevenção e ao combate à violência, à discriminação e à promoção da cidadania homossexual, com 57 ações voltadas para estes fins. Há demandas de ações no campo dos direitos humanos, da segurança pública, da justiça, da cultura, da saúde e da educação (Zenaide, 2008).

Apesar das inúmeras dificuldades para ser posto em prática, desde barreiras culturais até orçamentarias, indubitavelmente, o Programa Brasil Sem Homofobia contribuiu para inserir a perspectiva de não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas políticas públicas brasileiras. Ao analisar as ações públicas para a população LGBTQIA+ implementadas no Brasil a partir dele e apontar seus alcances e suas possibilidades, Mello, Brito e Maroja (2012) afirmam que as iniciativas realizadas

são, menos que políticas públicas de Estado consistentes e de largo alcance, políticas de governo resultantes da ação e dedicação de um grupo reduzido de gestoras, não estando articuladas, todavia, a instrumentos de planejamento potencialmente capazes de lhes assegurar efetividade, em especial o orçamento público (Mello; Brito; Maroja, 2012, p. 416).

Dentre as fragilidades das políticas públicas para a população LGBTQIA+ apontadas por Mello, Brito e Maroja (2012) estão: a) ausência de respaldo jurídico que assegure sua existência como políticas de Estado, livres das incertezas decorrentes das mudanças na conjuntura política, da homofobia institucional e das pressões homofóbicas de grupos religiosos fundamentalistas; b) dificuldades de implantação de modelo de gestão que viabilize a atuação

conjunta, transversal e intersetorial, de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, contando com a parceria de grupos organizados da sociedade civil; c) carência de previsão orçamentária específica, materializada no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); e d) reduzido número de servidoras públicas especializadas, integrantes do quadro permanente de técnicas dos governos, responsáveis por sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Se as políticas públicas para a população LGBTQIA+ de um modo geral são recentes, incipientes, frágeis ou mesmo escassas, é no campo educacional em que é possível perceber o quanto elas estão emperradas e ausentes. A agenda de políticas públicas de educação para o combate aos preconceitos de gênero e sexualidade vem sofrendo uma série de recuos no Brasil, que se iniciaram no início do governo Dilma, em 2011, com a suspensão e o veto do Programa Escola Sem Homofobia, e se aprofundou com a mobilização pela retirada dos termos gênero e sexualidade dos planos de educação nos anos de 2014 e 2015.

Esse processo de enfraquecimento e desmonte das políticas públicas de gênero e sexualidade na educação brasileira tem ligação direta com o avanço das pautas conservadoras da direita na política brasileira. Os representantes do povo brasileiro, deputados, senadores, vereadores, prefeitos, entre outros, têm orientado sua ação política não no sentido de garantir e proteger os direitos humanos, mas de cercear as liberdades individuais e fundamentais.

Nesse processo, houve o crescimento dos discursos conservadores da ideologia de gênero² e da “doutrinação ideológica”³ postulados por setores da sociedade brasileira, especialmente, as alas religiosas (católicas e evangélicas) e o Movimento Escola Sem Partido. Tais práticas discursivas foram construídas com o objetivo de obstruir o avanço da agenda de gênero e dos direitos humanos LGBT em toda a sociedade e, particularmente, no campo da educação, ao realizem um amplo movimento para proibir, retirar e omitir menções a “raça, gênero, sexualidade e orientação sexual” nos planos de educação do Brasil.

Além da proposição de projetos de lei inspirados no Programa Escola Sem Partido, nos três níveis da administração pública, visando alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e impedir que docentes abordem esses temas em sala de aula, o contexto vivenciado nos últimos anos foi e ainda é marcado por perseguições e ameaças com relação aos docentes que discutem sobre as relações sociais de gênero e a diversidade sexual no intuito de prevenir e combater as discriminações e desigualdades. Esse quadro é extremamente

² Nome dado por grupos fundamentalistas religiosos para a prática de discutir sobre gênero e sexualidade nas escolas, disseminando um pânico moral em torno desses temas, para impedir essas discussões.

³ Expressão criada pelo Movimento Escola Sem Partido para aludir que docentes têm imposto suas visões de mundo aos estudantes.

preocupante, pois é ameaçador a consolidação da democracia e dos direitos humanos na sociedade brasileira, buscando, ao contrário, instituir ou mesmo manter as desigualdades e a cultura de ódio, mortes e violência contra as diferenças.

Esse cenário é na realidade uma reação conservadora à trajetória de avanços graduais nas pautas da igualdade de gênero e LGBTQIA+ nas políticas públicas que vem ocorrendo desde a década de 1990 e com intensidade nessas primeiras décadas do século XXI. Em razão das lutas históricas dos movimentos sociais e suas aproximações com o Estado, a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram implementadas ações e programas para enfrentar o problema da desigualdade de gênero e por orientação sexual, desencadeando o surgimento das políticas de ação afirmativa e de institucionalidades públicas voltadas para a promoção de direitos e o combate às desigualdades e violências de diversas ordens.

Foram criados diversos órgãos públicos, como secretarias, coordenadorias e conselhos, municipais e estaduais, de políticas para as mulheres e para LGBTQIA+. Todo esse processo, que tem como pano de fundo a reforma do Estado e a luta pela democratização da sociedade, levou a implementação pelo Ministério da Educação de políticas públicas de educação de combate à LGBTQIAfobia nas escolas e de reconhecimento da cultura de respeito à diversidade sexual nas escolas.

No mesmo ano de criação do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), depois transformada em Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI). Porém, ela foi extinta durante o período do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). A SECADI foi o órgão responsável em executar o eixo sobre “Direito à educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual” do Programa Brasil Sem Homofobia.

Uma das estratégias de atuação da SECADI foi a produção de materiais didáticos e o financiamento de programas de formação continuada de profissionais da educação nas temáticas de identidade de gênero e orientação sexual, executados tanto por organizações não-governamentais quanto por universidades públicas. Desse modo, diferentemente da época em que a “orientação sexual” foi concebida como um tema transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas não gerou políticas públicas de educação de formação docente, um dos focos do Brasil Sem Homofobia foi a formação profissional (Altmann, 2013).

Entre as formas encontradas para combater a atual cultura discriminatória, machista, sexista, racista e heterossexista nas escolas, Heilborn, Araújo e Barreto (2010) destacam a formação de profissionais da educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais,

orientação sexual e sexualidades por meio do Projeto Gênero e Diversidade na Escola. O curso foi idealizado pela antiga Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e realizado desde 2006 em parceria com o Ministério da Educação (através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD, da Secretaria de Educação à Distância/SEED, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR/PR e do Centro Latino-Americano em Sexualidades e Direitos Humanos/CLAM/UERJ). De acordo com as autoras, o curso “contribuiu para a capacitação de mais de 40 mil profissionais da educação do Ensino Fundamental das escolas públicas”.

No ano de 2009, também se iniciou a construção do Projeto *Escola Sem Homofobia* com apoio do Ministério da Educação, projeto este que ficou conhecido vulgarmente como “kit gay”. Conforme Fernandes (2011, p. 325), a ação era vista pelo Movimento LGBT como “uma forma de ‘interiorização’ da agenda anti-homofobia na educação nos estados e municípios”. A ação envolveu três eixos: a formação de um coletivo gestor de políticas públicas anti-homofobia na educação, como pessoas LGBT e gestoras(es) municipais e estaduais, a realização de uma pesquisa qualitativa sobre a “homofobia nas escolas” e produção de material didático pedagógico (Fernandes, 2011).

Tal projeto sofreu diversas críticas por parte de setores conservadores da sociedade brasileira e de parlamentares ligados a esses setores, que passaram a divulgar inverdades sobre o material pedagógico do Projeto, dizendo que o mesmo estaria incentivando à homossexualidade, fazendo apologia ao homossexualismo, como reiteradas vezes disse à época o ex-deputado federal Jair Bolsonaro, da extrema direita conservadora, e atual presidente do Brasil. Devido às intensas pressões e chantagens das bancadas religiosas presentes no Congresso Nacional⁴, a ex-presidenta Dilma Rousseff acabou vetando os materiais didáticos do Programa Escola Sem Homofobia no início de 2011.

Desde a interrupção e a suspensão de produção e distribuição do kit anti-homofobia, como foi chamado por ativistas LGBTQIA+, o que se acompanhou de lá para cá foi o crescimento de uma ofensiva conservadora mobilizada por grupos religiosos contra o ensino, as discussões e as políticas públicas educacionais destinadas ao combate às discriminações contra mulheres e pessoas LGBTQIA+. Um exemplo disso foram as intervenções desses grupos para retirar os termos gênero, sexualidade e orientação sexual dos documentos e legislações que

⁴ O veto ocorreu em contexto de pressão da bancada evangélica e de grupos católicos do Congresso Nacional com ameaças de convocar o Ministro da Casa Civil Antônio Palocci para explicar a evolução do seu patrimônio e de instalar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na área de educação para apurar o material do projeto que seria distribuído às escolas. Após o veto da presidência, as bancadas suspenderam a ideia (Facchini; Rodrigues, 2018).

buscam orientar as políticas de educação, como ocorreu no processo de construção do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, entre 2014 a 2015.

A coalisão entre Igreja Católica, Frente Parlamentar Evangélica e Movimento Escola Sem Partido resultou na exclusão das expressões identidade de gênero e orientação sexual desses planos, sob a alegação de que os mesmos promoviam o que chamam de “ideologia de gênero”⁵ (Roseno; Silva, 2017). Tal processo se desdobrou, também, no debate sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entre os anos de 2016 e 2017, que foi um documento curricular normativo construído na gestão do ex-presidente Michel Temer.

Mesmo diante desse cenário, a educação em gênero e sexualidade não foi rejeitada pelo Plano Nacional de Educação, como os grupos conservadores e religiosos continuaram afirmando para cercearem as práticas pedagógicas que visam discutir gênero e diversidade na escola. Duas diretrizes do Plano Nacional de Educação contemplaram essa discussão nas escolas:

Art. 2º. São diretrizes do PNE:

[...] III – a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

[...] X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2014).

Nas eleições gerais de 2018, houve o crescimento de discursos moralistas e narrativas nefastas e mentirosas propagandeadas pelos grupos religiosos e conservadores para impedir que o Partido dos Trabalhadores (PT) continuasse governando o país, fenômeno conhecido como antipetismo. A gramática moral desses grupos inclui uma série de vocabulários ligados ao sexo: narrativas de que o governo do PT incentiva a “pedofilia”, discursos contrários ao que intitulam como “ideologia de gênero” e “kit gay”, “maioria contra minorias”, “em defesa da família e das crianças”.

A ascensão de Bolsonaro como presidente da república se deu, dentre outros motivos, por uma campanha política toda pautada em factoides e *fakenews* a respeito da política educacional do Ministério da Educação (MEC) com relação às questões de gênero e sexualidade na escola, mais especificamente, sobre o Programa Escola Sem Homofobia. Propagando

⁵ A “ideologia de gênero” é uma tática persuasiva, isto é, uma estratégia discursiva usada por agentes públicos (ou não) ante as medidas de reconhecimento e promoção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas escolas. A expressão passou a ser usada por grupos conservadores e religiosos para enfraquecer e desqualificar as políticas de combate às discriminações e desigualdades de gênero e por orientação sexual que foram criadas nesses últimos anos no Brasil.

mentiras, Bolsonaro apresentou materiais pedagógicos que não fazem parte desse projeto e circulou *fakenews* como mamadeiras em formato de pênis, que, segundo ele, foram distribuídas pelo MEC. Esses discursos fomentaram um verdadeiro pânico moral na sociedade, construindo a narrativa de que as políticas de educação do MEC incentivam precocemente as crianças à sexualidade e promovem à pedofilia e às homossexualidades.

Além de defender os projetos de lei do Escola Sem Partido que buscam proibir as discussões de gênero e sexualidade na escola, logo após assumir a presidência da república, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão do Ministério da Educação que ao longo de 15 anos prestou grandes contribuições para a inserção das agendas de diversidade, inclusão e direitos humanos no campo educacional, criando uma Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, que não explicitou se trabalharia com a pauta LGBTQIA+.

Outro ponto crítico no governo Bolsonaro foi com relação à equipe gestora escolhida para representar órgãos importantes no campo das políticas públicas, como foi o caso do Ministério dos Direitos Humanos. A criação de um Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela pastora-ministra Damares Alves, em sua própria denominação sinalizou esse ponto crítico. Por que mulher e não mulheres? Por que família e não famílias? A decisão por esse nome foi embasada por um saber que não reconhece a pluralidade e que tenta se impor como o “correto” perante outros saberes. Uma visão de mulher e família unitária, que não reconhece as diferentes famílias e mulheres.

A ministra Damares Alves, em seu discurso de posse, defendeu concepções conservadoras contrárias ao aborto e que reiteram uma visão binária, oposta e naturalizada dos sexos, alimentando o heterossexismo e a LGBTQIAfobia. Dentre essas declarações, afirmou que a “vida é aquela gerada desde a concepção”, que “menina será princesa e menino será príncipe” e que “menino veste azul e menina veste rosa”. Isso é uma reiteração das normas de gêneros. Sendo assim, seu objetivo é claro: manter meninas e meninos dentro das posições e comportamentos que se espera que tenham. Menino, use azul. Menina, use rosa. Demonstra ainda que seu pensamento é binário com relação às questões de gênero e sexualidade.

Ao ser questionada por jornalistas, a ministra afirmou que não se arrependeu da declaração feita e que segundo ela foi “uma metáfora contra a ideologia de gênero, mas meninos e meninas podem vestir azul, rosa, colorido, enfim, da forma que se sentirem melhores”. Defensora declarada do Escola Sem Partido, a ministra disse que é contrária a abordagem de gênero na educação básica, acreditando que o assunto só deve ser discutido no ensino superior (UOL, 2019).

Em síntese, a conjuntura sociopolítica na época do governo de Jair Messias Bolsonaro não apresentou nenhuma perspectiva de avanços na implementação de políticas públicas de educação para o combate aos preconceitos de gênero e sexualidade, a não ser a do desmonte dessas políticas públicas, como aconteceu. Embora “presenciamos fortes retrocessos, [...] as políticas LGBT entraram na agenda pública de forma irreversível” (Aragusuku; Lopes, 2016, p. 245). Políticas de saúde, educação, segurança pública, direitos humanos, assistência social, entre outras, passaram a desenvolver um olhar e uma escuta sensível para com pessoas LGBTQIA+.

No entanto, Mello, Brito e Maroja (2012, p. 425) alertam para o paradoxo atual: “no que diz respeito à implementação de políticas públicas para a população LGBT no Brasil, a despeito dos avanços recentes nas iniciativas governamentais, o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada”. Além disso, depois da exclusão dos temas de gênero e sexualidade dos planos de educação no Brasil parece mais distante o reconhecimento de que esses temas são importantes para ser trabalhados nas escolas e mercedores de políticas públicas educacionais. Mesmo diante desse contexto, acreditamos que

as políticas antihomofobia e de promoção da cidadania LGBT, como ação de gestão feminista, devem estar presentes em todos os órgãos, coordenadorias, secretarias e outras institucionalidades de uma gestão governamental, seja como serviços ofertados às populações vítimas de violência e em situação de desigualdade de direitos, seja como um princípio de governança pensado no desenho e execução de quaisquer ações governamentais, universalistas ou não, ligadas à política social ou não (Fernandes, 2014, p. 3).

Em conclusão, a trajetória das políticas públicas de combate à LGBTQIAfobia no Brasil, com foco na educação, ilustra tanto os avanços conquistados ao longo dos anos quanto os retrocessos significativos impostos pelo contexto sociopolítico. Apesar das tentativas de desmonte e das campanhas de desinformação que buscaram deslegitimar as políticas de inclusão e diversidade no ambiente escolar, a inserção de questões de gênero e sexualidade no debate educacional tornou-se um ponto irreversível na agenda pública. A necessidade de políticas robustas e inclusivas permanece urgente, especialmente para enfrentar o preconceito e a violência que impactam negativamente a vida de jovens LGBTQIA+.

A educação, como espaço de construção de uma cidadania plena e diversa, deve resistir como um campo de promoção do respeito e do acolhimento à diversidade, desafiando discursos de exclusão. Nesse sentido, é fundamental que políticas públicas de educação para a diversidade sejam compreendidas e implementadas como princípios de governança inclusiva, assegurando o direito à educação em um ambiente seguro e respeitoso para todas as identidades e orientações.

CONCLUSÃO

A discussão sobre a diversidade sexual e de gênero e a problematização sobre as relações de poder envolvidas nos processos de construção das identidades sexuais e de gênero ganharam espaços na agenda pública a partir dos anos de 2000 e se tornaram crescentes no campo da educação.

Ao analisar o cenário educacional e político nos últimos anos, nunca se falou tanto sobre gênero e sexualidade nas escolas a partir da perspectiva da cidadania e dos direitos humanos. Ao mesmo tempo falou-se muito, também, a partir de uma perspectiva conservadora e fundamentalista. De qualquer forma, não é mais tarefa isolada discutir esses temas, embora as formas que sejam tratados ainda evidenciam que há muitas incompreensões, preconceitos, mitos e tabus a serem superados para que se construa uma sociedade e um ambiente escolar melhor para todas as pessoas.

A crescente onda conservadora em torno da defesa dos projetos propostos pelo Movimento Escola Sem Partido e contrária ao que chamam de “ideologia de gênero” busca impedir que a escola e docentes discutam gênero e diversidade, especialmente, a diversidade sexual e de gênero, evitando problematizar e desconstruir os sistemas de opressão que organizam a sociedade.

O ataque às políticas públicas de educação destinadas a combater as desigualdades e discriminações de gênero e sexualidade desenvolvidas durante o governo do Partido dos Trabalhadores e as mobilizações para bloquear os avanços da educação em direitos humanos e para a diversidade devem ser entendidas em suas íntimas relações com a defesa de um projeto de poder e de colonização cultural.

É nítido nos argumentos defendidos por esses grupos a defesa da manutenção do *status quo*, ou seja, de um projeto de Estado e de sociedade em que as desigualdades e as discriminações construídas historicamente não sejam desconstruídas, mas mantidas. E isso implica ser convincente com as situações de subalternidade e opressão no qual são submetidas às mulheres e à população LGBTQIA+.

Diante dessa conjuntura, embora sejam observadas as ações de inúmeros atores, inclusive do Estado, parece que as tentativas de construir ações públicas educacionais para o combate à LGBTQIAfobia na escola permanecem como atitudes isoladas de professoras/es e gestoras/es que reconhecem a importância de trabalhar esses assuntos nas escolas, e não enquanto uma política de Estado planejada e articulada em rede. De qualquer forma, essas ações

estão sujeitas ao controle e vigilância de defensores do Movimento Escola Sem Partido que têm ameaçado docentes e violado o exercício do direito à liberdade de cátedra deles.

Por essas questões que se faz tão necessária a edição de uma Diretriz Nacional Curricular para as questões de gênero e sexualidade na escola, assim como já existe com relação as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para Educação Escolar Quilombola e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, entre outras. Essa é uma demanda que foi deliberada pelos movimentos sociais feministas, LGBTQIA+ e da educação que se articularam por meio das Conferências de Educação. O Conselho Nacional de Educação está discutindo essa questão, mas até o momento não foi editada essa diretriz.

Desse modo, defende-se uma escola em que as identidades e diferenças – especialmente em termos de orientação sexual e identidade de gênero – sejam problematizadas pelas práticas pedagógicas enquanto elementos enriquecedores, de direitos humanos e de cidadania, e não transformadas em desigualdades e alvos de discriminações e normalizações. Assim, é necessário que o Estado brasileiro retome e construa projetos, programas e políticas públicas que visam o combate às desigualdades e às discriminações no espaço escolar, especialmente contra a LGBTQIAfobia, reconhecendo todos os sujeitos da educação como sujeitos de direitos e que merecem proteção contra violências.

Diante do contexto de censura e perseguição à abordagem de gênero e sexualidade nas escolas, também, é fundamental campanhas educativas que reafirmem a escola como espaço da construção da cidadania, aberta a todas as discussões, e pautada no princípio da liberdade de aprender e ensinar, fundamental para garantir a inviolabilidade do direito à educação.

Referências

- ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 13, 2013, p. 69–82.
- ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés. Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT: Políticas Públicas em Mato Grosso e no Brasil. **ACENO**, v. 3, n. 5, 2016, p. 242-258.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.
- BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo *et al.* **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, Felipe. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERNANDES, Felipe. Os desafios da “*Escuta Ativa*”: manifesto por uma gestão *queer* em políticas feministas e LGBT. **Revista Periódicus**, 1ª edição maio-outubro de 2014.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (org.). Unidade III. Políticas públicas em gênero e raça. *In: Gestão de políticas públicas em gênero e raça*. GPP-GER. Brasília: Secretaria de políticas para mulheres, 2010.

DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *In: DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana. Homofobia & educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 39, dez. 2012, p. 403-429.

OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Diversidade sexual e homofobia: a cultura do desagendamento nas políticas públicas educacionais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 2015.

ROSENO, Camila dos Passos. SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca. Políticas públicas educacionais em gênero e diversidade sexual: atos de resistência diante do avanço do conservadorismo do movimento “Escola Sem Partido”. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí-GO, v. 13, n. 2, ano 2017.

UOL. Debate sobre ideologia de gênero deve ficar na universidade, diz Damares. **UOL Política**, São Paulo, 4 jan. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/04/debate-de-genero-universidade-ministra-damares-alves.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 28 set. 2024.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Demandas sociais em políticas públicas: estratégias de enfrentamento à violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis. *In: GENTLE, Ivanilda M.; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

Submetido em 27/10/2024

Aceito em 30/10/2024